

“CABOCLO”, “MULATO” E “CAFUZO”: A PROJEÇÃO DO OUTRO POR MEIO DA LINGUAGEM RACISTA

“CABOCLO”, “MULATO” E “CAFUZO”: THE PROJECTION OF THE OTHER THROUGH RACIST LANGUAGE

THAIS FIGUEIREDO¹



Resumo

O presente artigo tem como objetivo apontar reflexões e problemáticas referentes ao uso dos termos racistas "caboclo", "mulato" e "cafuzo" em um artigo de opinião disponibilizado no jornal A Gazeta, periódico de grande circulação em Rio Branco Acre. Os esforços partem da tentativa de desconstruir tais termos e produzir uma reflexão, explicitando os fatores de construção histórica dos mesmos, cuja premissa advém substancialmente da ideia de raça surgida a partir do século XVI com a "modernidade" que classifica e hierarquiza os indivíduos valendo-se de suas culturas, crenças e modos de vidas. Nesse sentido, a metodologia é de cunho bibliográfico e documental, e os autores que subsidiaram o diálogo e análise são: Hall (2016); Krenak (2019), Kilomba (2019); Mbembe (2014); Mendes e Autor (2021), Quijano (2005), Nascimento (2019); entre outros. Em suma, o intuito é problematizar os discursos de outridade presentes na imprensa, doravante desexplicitando o que já está pretensamente explicado.

Palavras-chave: Racismo linguístico; Imprensa acreana; Representação; Artigo de opinião.

Abstract

The aim of this article is to point out reflections and problems regarding the use of the racist terms "caboclo", "mulatto" and "cafuzo" in an opinion piece published in the newspaper A Gazeta, a widely circulated newspaper in Rio Branco, Acre. The efforts are based on the attempt to deconstruct these terms and produce a reflection, explaining the factors behind their historical construction, the premise of which comes substantially from the idea of race that emerged in the 16th century with "modernity", which classifies and hierarchizes individuals using their cultures, beliefs and ways of life. In this sense, the methodology is bibliographical and documental, and the authors who subsidized the dialogue and analysis are: Hall (2016); Krenak (2019), Kilomba (2019); Mbembe (2014); Mendes and Autor (2021), Quijano (2005), Nascimento (2019); among others. In short, the aim is to problematize the discourses of otherness present in the press, henceforth de-explaining what is supposedly already explained.

Keywords: Linguistic racism; Acrean press; Representation; Opinion article.

¹ Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Letras: Linguagem e Identidade (PPGLI) da Universidade Federal do Acre (Ufac), graduada em História Licenciatura na mesma instituição e pesquisadora nos grupos: Narrativa, Literatura e Jornalismo (NALIJOR) e História e Cultura, Linguagem, Identidade e Memória (GPHCLIM).



Introdução

Talvez estejamos muito condicionados a uma ideia de ser humano e a um tipo de existência. Se a gente desestabilizar esse padrão, talvez a nossa mente sofra uma espécie de ruptura, como se caíssemos num abismo. Quem disse que a gente não pode cair?

Ailton Krenak, *Ideias para adiar o fim do mundo*.

Kilomba (2019) aponta que uma sociedade que vive na negação e até na glorificação da história colonial acaba por impedir a criação de novas linguagens, permitindo a perpetuação de palavras e termos que historicamente denotam mazelas e sofrimentos dos sujeitos aos quais tiveram suas identidades atribuídas à uma gramática racista e excludente. Hoje, há uma movimentação mais intensa de linguistas, historiadores e outros estudiosos no que concerne a busca por extinguir algumas palavras do vocabulário, tendo em vista que elas rememoram estereótipos de inferioridade aos sujeitos/as que foram colocados no lugar de subalternidade em virtude de um sistema moderno-capitalista que surge a partir do século XVI. Para além disso, entende-se que algumas palavras não significam o que eles (negros e indígenas) são/foram, mas sim, o que os foi imputado, por isso, a necessidade de desconstruir.

De acordo com Hall (2016), os sentidos são construídos e fixados, de modo que palavras carregam discursos e sentidos específicos, nesse viés a problematização dos termos usados por Lessa (2019) em seu artigo de opinião² exposto no periódico *A Gazeta*, de circulação diária em Rio Branco capital do Acre, parte justamente do esforço de desbancar tais nomenclaturas do uso cotidiano, pois, compreende-se que elas conferem sentidos errôneos, atribuídos em um momento histórico como signos de demarcação do outro, diferente, exótico, selvagem e inferior, e aceitar que tais palavras continuem em uso é corroborar para a reprodução de representações racistas.

Dito isso, destaco que o artigo aqui proposto possui o intuito de trazer uma reflexão a respeito de como alguns discursos e narrativas perpassam os meios de comunicação, projetando formas de racismo (notadamente trata-se de racismo linguístico) ponto a ser conversado ao longo do texto. Para tanto, o objeto de análise aqui exposto será um artigo de opinião retirado do jornal *A Gazeta* no dia 08 de maio de 2019 - edição

² O artigo pode ser lido na íntegra através do site do mesmo jornal citado. Disponível em: <https://agazetadoacre.com/2019/05/artigos/as-racas-formadoras-da-populacao-brasileira-7/>. Acesso em: 10 de dez 2023.



de nº 9819. Além disso, o ponto de reflexão a ser discorrido, baseia-se também na forma como o enunciado é empregado, pois, “o discurso tem a ver com a produção de sentido pela linguagem” (Hall, 2016, p. 80 *apud* Hall, 1992). Nessa perspectiva, a escrita do artigo supracitado reflete sobre os discursos de poder presentes nas letras que saltam das páginas.

Inicialmente, a proposta da pesquisa em questão era investigar quais representações em textos, manchetes, notícias etc, iriam aparecer no mês de maio de 2019 a respeito das populações negras do Acre. A justificativa para a escolha do mês, ano e jornal se deu por dois fatores, primeiro, em 13 de maio de 1888 se aboliu a escravidão no Brasil, por meio da Lei Áurea, assinada pela princesa Isabel denominada “redentora”, mérito atribuído a ela desconsiderando os anos de lutas e resistências negras, além da inobservância da existência de uma série de movimentos e pressões dos abolicionistas da época.

Segundo, o intuito da pesquisa era investigar o mês de maio mais recente, todavia, de acordo com a servidora que cuida do Centro de Documentação e Informação Histórica (CDIH) da Universidade Federal do Acre (Ufac), em virtude da pandemia, as empresas que forneciam os periódicos suspenderam seu envio, causando uma lacuna temporal no que concerne aos anos subsequentes.

Desse modo, a investigação ocorreu no mês de maio de 2019 pelo motivo acima mencionado, tendo sido feita a escolha do jornal *A Gazeta* por ser um periódico de grande circulação na cidade de Rio Branco, além de que seus primeiros anos de existência são marcados por produção jornalística que pendiam para uma linha de jornalismo mais investigativo, trazendo pautas sociais.

De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), apesar de em 2019 a população autodeclarada parda representar um total de 74,2% enquanto a autodeclarada preta era um contingente de 6.0%, não houve menções positivas, ou textos que rememorassem a abolição e as resistências que ocorreram no periódico aludido. Pelo contrário, foi encontrado o artigo de opinião citado, que é o objeto de análise do texto aqui expresso, tendo em vista as inquietações causadas.

Nesse sentido, alguns autores trazidos para o diálogo neste trabalho foram: Hall (2016); Krenak (2019), Kilomba (2019); Mbembe (2014); Mendes e Queirós (2021) Nascimento (2019); entre outros. Tais autores possibilitaram uma crítica mais densa no que tange a problemática dos termos em questão, decorrentes de um processo de construção/invenção histórica.



Por fim, me sinto na obrigação não apenas de recordar que adentro de modo respeitoso nos espaços da Linguística e Comunicação por meio desse escrito, consubstanciado em inquietações de pesquisadora enlaçada em minha trajetória em pesquisa étnico-racial iniciada ainda como graduanda do curso de História, condição em que fui inserida por meio do programa de Iniciação Científica e posterior ingresso no Núcleo de Estudos Afro-brasileiros e Indígenas (Neabi), ambiente de múltiplas construções de saberes.

Jornalismo como tradução do mundo colonial

O jornalismo exerce um papel fundamental na sociedade, e ocupa historicamente um espaço hegemônico de poder/saber. Desse modo “o processo de construção social articulado pelo jornalismo é clivado por um complexo jogo de interesses e saberes” (Mendes; Queirós, 2021, p. 64), ou seja, aquilo transposto através do periódico exerce influência na sociedade e, por isso, esse campo é atravessado por tantos interesses.

Nesse sentido, há por meio dos jornais a construção de discursos assentados em racismo, estereótipos e representações por vezes irreais de sujeitos que acabam sendo pauta de textos, colunas, artigos de opinião etc. como é o caso da abordagem realizada no artigo, cujo intuito é desconstruir termos racistas usados de forma natural e sem maiores problematizações por Luísa Galvão Lessa (2019) durante seu texto trazido ao jornal *A Gazeta*.

Portanto, seu artigo está entremeado de representações calcadas em preconceitos e formas de discriminação. Almeida (2021) define preconceito racial como parte de um juízo baseado em estereótipos sobre indivíduos racializados, que pode ou não resultar em discriminação. Por sua vez a discriminação é o tratamento diferenciado aos grupos racialmente identificados, cujo fundamento principal é o poder.

Sabemos que historicamente o século XVI inaugura a “modernidade” com tudo de menos moderno que existe, como invasão de territórios, escravismo e por conseguinte a construção de um outro baseado na ideia de raça, que de acordo com Almeida (2021) não é um conceito fixo ou estático, mas se molda e modifica de acordo com as circunstâncias históricas. Sabemos que o processo das grandes navegações iniciado principalmente por Portugal e Espanha promoveu um genocídio/epistemicídio em massa de sujeitos que foram classificados como inferiores por pertencerem a culturas e sociedades distintas.



De acordo com Quijano (2005), novas relações com base em critérios geográfico e posteriormente por meio do fenótipo foram configurando formas de dominações hierárquicas, de modo que “raça e identidade racial foram estabelecidas como instrumentos de classificação social básica da população”, (Quijano, 2005, online) e legitimaram as explorações e subjugações que ocorreram durante vários séculos.

Não obstante tenha havido uma ruptura com o sistema colonial baseado na usurpação de mão de obra humana negra e indígena. As mazelas desses processos de colonização ainda se repercutem, todavia com outra roupagem, o chamado colonialismo (do ser/poder/saber), que atravessa as relações e modos como os sujeitos racializados são tratados hodiernamente.

Silva (2010) discorre sobre o fato de o jornalista contribuir para a construção de uma realidade e até mesmo impor uma certa normatividade durante o processo de criação das notícias, manchetes, texto etc. Sendo assim, é importante ter em vista que o periódico também é atravessado por situações, pela classe social, pela visão de mundo entre outros aspectos que influenciam substancialmente nas produções de textos e sentidos.

Dessa forma, o jornal é entranhado das subjetividades de quem produz o texto, como cita Fabiana Moraes (2022). Em caminhos semelhantes, Silva (2010) em diálogo com Alsina (2009) aponta, “o que os jornalistas escolhem, de forma consciente ou inconsciente, é o que confere sentido ao acontecimento” (Silva, 2010, p. 46 *apud* Alsina, 2009). Portanto, as escolhas refletem concepções próprias de mundo, o que implica em uma não “imparcialidade”, afinal, como defende Fabiana Moraes, o jornal é sempre atravessado de subjetividades.

Essas formas de ver e escrever sobre o mundo e as coisas do mundo, quando feitas sem a devida compreensão, corroboram para a (re)produção de estereótipos e representações enviesadas. Nas palavras de Moraes (2022), o jornalismo é também um espaço de tradução das coisas e do mundo e essa tradução, embora simplificada, não significa simplismo.

Nesse contexto, o exemplo que tomamos como ponto de partida é o artigo de opinião escrito por Lessa (2019), que contribui para a naturalização e reprodução de ideias e discursos que se originam no pensamento racistas. Observando que os termos escolhidos pela autora para elencar quem seriam *as raças formadoras da sociedade brasileira*, provém de uma gramática colonial em que os sujeitos racializados eram postos em condições animalescas e bestiais. Almeida (2021) destaca que tais situações precedem



práticas de genocídio e a afirmativa está respaldada pelos acontecimentos históricos que se sucederam durante séculos de genocídio e sangrenta exploração.

Os autores (Mendes; Queirós, 2021) em diálogo com Van Dijk (2015) salientam que de fato o jornalismo colabora para a propagação de racismo, principalmente no âmbito da mídia. Nesse caminho Van Dijk (2015) explica o racismo como proveniente de um subsistema social e um subsistema cognitivo. Estes quando se amalgamam juntamente aos *media*, produzem discursos sobre o outro, discursos “embebidos pela sintaxe da mídia” (Mendes; Queirós, 2021, p. 67). Desse modo, ainda em consonância com as assertivas de Dijk (2015) explica-se que a mídia é o principal meio de conhecimento e opinião, o que a coloca em um espaço de privilégio, posto que a mídia é também um mecanismo de construção de discursos.

Percebemos no fragmento do texto de Lessa (2019) como o discurso dominante em seus escritos está embebido do pensamento que se ancora no “mito da democracia racial”. Pois, a forma romantizada de escrever sobre o processo de mistura racial no Brasil que foi extremamente violento fica invisibilizado e a hostilidade dispensada sobre esses sujeitos permanece em um plano inacessível da história. A forma culta da escrita, deixa o leitor inebriado e alienado em uma narrativa que apaga e esconde a crueldade do que foi a colonização brasileira.

Assim, nós brasileiros, segundo o mestre Darcy Ribeiro, “somos um povo em ser, impedido de sê-lo. Um povo mestiço na carne e no espírito, já que aqui a mestiçagem jamais foi crime ou pecado. Nela fomos feitos e ainda continuamos nos fazendo”. [...] E essa mistura de raças resultou, como se vê, a composição do povo brasileiro. [...] Assim é o país, um mosaico de cor e raça, enchendo os olhos e encantando todos que aqui chegam (Lessa, 2019).

Se fizermos a leitura desse trecho rapidamente, mal conseguimos perceber o que fica implícito, a máscara que encobrindo as mazelas do colonialismo se afirma por meio do discurso que reproduz a imagem do brasileiro cordial, miscigenado e não racista. Nesse sentido, o racismo continua existindo por meio da negação, assim como provoca Lino Gomes (2017) ao explicar que no Brasil, o racismo insidioso se reafirma por meio da sua constante negação. Nessa perspectiva Bento (2022) aponta que:

Memória é também construção simbólica, por um coletivo que revela e atribui valores à experiência passada e reforça os vínculos da comunidade. E memória pode ser também a revisão da narrativa sobre o passado “vitorioso” de um povo, revelando atos anti-humanitários que cometeram - os quais muitas vezes as elites querem apagar ou esquecer” (Bento, 2022, p. 39)

Afetar a memória coletiva por meio de narrativas romantizadas subsidia a perpetuação do racismo em suas mais variadas instâncias. Afirmar que “mestiçagem



jamais foi crime ou pecado” é ignorar as políticas eugenistas, as políticas de branqueamento, a CPI³ da laqueadura e outros métodos usados pelas instituições de poder do Estado para barrar a reprodução de pessoas negras como se estas fossem uma mácula que o estado deveria “limpar”. Desse modo, o pecado está em omitir a violência causada tanto pela miscigenação, como pela negação da existência do outro.

Como explica Kilomba (2019) o racismo cotidiano acaba por trazer de volta à cena um passado colonial, colonizando-nos novamente. Afinal, as menções feitas por Lessa (2019) de certo se inserem no conceito de racismo cotidiano, cujos parâmetros referem-se ao vocabulário, discurso, imagens, ações e tudo que coloca o/a sujeito/a como outro/a, ou como *outridade*, negando-lhes o direito de existir como igual, os tornando a personificação do que a branquitude rejeita, recordemos que de acordo com Cida Bento (2022), branquitude é um sistema que relega privilégios sociais a esse grupo historicamente favorecido.

Em resumo, com base em Silva (2010) é possível afirmar que o mundo traduzido pelo jornalismo é atravessado por conflitos de interesses, e os *media* atuam como instâncias poderosas e influentes, cuja função pedagógica cultural corrobora com a explicação do ser e estar no mundo. E essa “explicação” consubstanciada aos valores culturais dominantes impelem os discursos de *outridade* e diferença.

Análise de termos racistas cunhados como identidades

De acordo com Hall (2016), as palavras são parte importante da linguagem, porém não se reduzem ao que são, mas sim ao que fazem, ou seja, “elas constroem significados e os transmitem” (Hall, 2016, p. 24). Nesse contexto, o artigo disponível no jornal A Gazeta edição nº 9819 de 08 de maio de 2019, posto à reflexão aqui, está permeado de sentidos discursivos que corroboram com uma visão romantizada a respeito da formação nacional brasileira, ou seja, o significado transmitido por meio dele permite a perpetuação de uma narrativa errônea e carregada de preconceito linguístico, visto que termos como “caboclo”, “mulato” e “cafuzo”, são empregados pela autora durante sua explicação.

³ Ribeiro (2020) destaca com base em Jurema Werneck (2010) que o movimento articulado por mulheres negras protagonizou o combate ao genocídio da população negra e à usurpação da liberdade das mulheres, iniciando a luta através de denúncias, desse modo houve uma atenção que resultou na criação da Comissão Parlamentar de Inquérito em 1991 - a CPI da esterilização, como ficou conhecida.



Partindo das análises de Kilomba (2019) podemos destacar que, [...] a língua, por mais poética que possa ser, tem também uma dimensão política de criar, fixar e **perpetuar relações** de poder e de violência, pois, cada palavra que usamos define o lugar de uma identidade. (Kilomba, 2019, p. 14, grifo meu). Diante disso, compreendo que as linguagens determinam identidades e lugares de poder, possuindo a capacidade de determinar o “lugar do outro”. Kilomba (2019, p. 27) denuncia essas relações de poder via linguagem, demarcando que esse lugar é sempre atravessado de tensões.

Nesse sentido, a autora nomeia esse problema de “violência na língua”, que significaria os idiomas impostos, os discursos impedidos e os lugares negados, em que esses/as sujeitos/as não se podia falar com suas próprias vozes. No artigo, “As raças formadoras da população brasileira”, a autora Luísa Galvão Lessa destaca a construção de identidades advindas da miscigenação⁴ da seguinte forma: “A miscigenação no Brasil deu origem a três tipos fundamentais de mestiço: Caboclo = branco + índio; Mulato = negro + branco; Cafuzo = índio + negro”.⁵

Os termos, *caboclo*, *mulato* e *cafuzo* foram adotados para representar grupos inferiores, diferenciando-os de uma “raça superior”. Essas demarcações os colocam no lugar do *outro*. O *outro* seria a projeção daquilo que o sujeito branco teme reconhecer sobre si mesmo, como analisa Kilomba (2019). Coadunando com tal análise, Nascimento (2019) diz que esse mundo brancocêntrico passou a operar todos os conceitos a partir da Europa, ou seja, esses termos foram cunhados como “sub-raças” a partir da perspectiva eurocêntrica/brancocêntrica.

Nessa mesma direção Mbembe (2014) menciona que o conceito de “raça” foi projetado para definir quem não era europeu, logo, ocupando um lugar inferior desconsiderando as subjetividades e diversidades étnicas, sociais e culturais dos diferentes grupos que foram subalternizados, homogeneizando-os e os classificando a partir dos processos violentos de misturas, os quais mais tarde, o plano de identidade nacional vai chamar de “miscigenação”.

⁴ Cabe mencionar que este processo chamado de “miscigenação” não foi algo pacífico, decorrendo de crimes de estupros de mulheres indígenas e negras, além de genocídios em massa responsáveis por dizimar grandes quantidades de populações nativas. Essa história sangrenta ainda atravessa essas populações até os dias de hoje, de modo que não podemos apagar ou silenciar o horror-base da produção de “misturas”.

⁵ Antes de discorrer sobre as palavras acima mencionadas, saliento que a crítica aqui expressa não é sobre a autora do artigo, mas sim sobre os termos empregados, haja vista que as palavras denotam uma relação de poder, sendo por vezes usadas para definir o lugar de subordinação e inferioridade do outro, como afirma Kilomba (2019).



Acerca do termo *caboclo*, a antropóloga Deborah de Magalhães Lima (1999) faz uma investigação a respeito de sua construção histórica, explicando que a expressão é amplamente usada na Amazônia como categoria de classificação social, além de também demarca “dimensões geográficas, raciais e de classe” (Lima, 1999, p. 06). No artigo, a autora destaca *caboclo* como sendo a mistura de “branco + índio”, contudo, essa definição legítima um lugar social inferior, o que Lima (1999, p. 08) define como “um sistema de classificação social projetado para retratar as diferenças entre as pessoas na sociedade”.

Ou seja, o contexto em que o termo surge, faz com que ele esteja entremeado de estereótipos, além de que impõe um espaço a determinados indivíduos com base em fatores específicos, como cor da pele traços fenotípicos, como é o caso dos sujeitos que foram atravessados por esses processos de misturas. Sobre as origens etimológicas da palavra, Lima (1999, p. 09-10) com base em outros autores, apresenta duas possíveis origens:

Existem pelo menos duas etimologias diferentes para a palavra caboclo. Costa Pereira (1975:12) cita Teodoro da Silva, que afirma que caboclo deriva **do tupi caa-boc, que quer dizer “o que vem da floresta”**. Parker (1985a: xix) sugere outra etimologia, encontrada no Dicionário de Aurélio B. Ferreira (Ferreira, 1971). Ferreira sugere que o nome vem da palavra **tupi kari'boka, que significa “filho do homem branco”**. Ambas as etimologias são especulativas, mas na minha opinião a primeira tem mais probabilidade de estar correta. Isso porque, **na Amazônia, caboclo foi inicialmente usado como sinônimo de tapuio, termo genérico de desprezo que os povos indígenas usavam quando se referiam a indivíduos de outros grupos**. Em tupi, de acordo com Veríssimo (1970 [1878]:14), a palavra tapuio significa o hostil, o inimigo, o escravo. [...] Como tapuio, caboclo **é também um termo de desprezo** em relação ao outro, e um tal significado de alteridade é encontrado na primeira etimologia. **Isso é expressão pela alusão a uma espécie de expatriação: um outro cuja origem é selvagem** (“o que vem da floresta”). (Lima, 1999, p. 09-10 - grifo meu)

Nesse contexto, compreendemos a partir dessa detalhada explicação apresentada por Lima (1999), que uma desconstrução desse termo coloquial, torna-se um desafio, já que a sua naturalização esconde a origem pejorativa, conturbada e violenta, pautada em processos de colonização, exploração e genocídio que ocorreram no Brasil e na Amazônia.

Hoje, essa expressão ainda é frequentemente falada quando se trata das comunidades rurais, ribeirinhos, amazônidas, etc, como a autora explica. Contudo, essas populações rejeitam o rótulo e atribuem aos indígenas, sendo o caboclo sempre o *outro*, o pobre, o selvagem e o incivilizado, fardo este ainda repercutido por meio de discursos estereotipados. Hall (2016, p. 190) define “estereótipo enquanto prática de produção de



significados”, que reduz e essencializa sujeitos e fixa a diferença a partir de determinadas características, principalmente fenotípicas.

Vejamos agora a definição da palavra *mulata/o* que a autora destaca como sendo a mistura de “negro + branco”. A respeito disso, Kilomba (2019) começa sua análise apontando que na língua portuguesa existe uma grande quantidade de palavras ainda ancoradas à terminologia colonial. Nesse sentido, Kilomba (2019, p. 19) tece uma explicação, apontando que a origem de *mulata* advém de uma nomenclatura animal, cunhada no contexto de colonização:

Foram criados durante os projetos europeus de escravatura e colonização, intimamente ligados às suas políticas de controle de reprodução e proibição do ‘cruzamento de raças’, reduzindo as ‘novas identidades’ a uma nomenclatura animal, isto é, à condição de animal irracional, impuro (Kilomba, 2019, p. 19)

O termo aqui problematizado transita em um contexto em que as populações negras eram desumanizadas e colocadas como animais impuros e selvagens. Almeida (2020) coadunando com Kilomba (2019) destaca que desumanizar e colocar esses sujeitos em condições animais precede a genocídios, tal qual também nos afirma Mbembe (2014) quando diz que o sujeito negro foi transformado em coisa e o espírito em mercadoria. Ou seja, desconsiderar a humanidade dessas populações, e aqui me refiro às comunidades indígenas e as populações negras traficadas da África, foi um mecanismo de anular suas identidades e subjetividades, silenciando suas existências como indivíduos providos de cultura, língua e sistema social próprio.

Nesse contexto, a palavra *mulata* de acordo com Kilomba (2019) é usada para “definir o cruzamento entre um cavalo e uma mula, isto é, entre duas espécies animais diferentes, que dá origem a um terceiro animal, considerado impuro e inferior” (Kilomba, 2019, p. 19). Para além disso, a conotação trazida para o feminino, quando se refere à mulher negra especificamente, já coloca em questão uma construção histórica da mulher negra como elemento sexual exótico, de corpo caricato e sensual, “objeto” de desejo do homem branco. Além disso, Gonzalez (2020) nos explica como as mulheres negras são atravessadas não somente pelo racismo, mas pelo sexismo, que as colocam em um grau maior de opressão, pois são atingidas em seus corpos e em suas existências.

Portanto, perceber esses entrecruzamentos nos coloca em posição de indivíduos aliados à luta antirracista, afinal, não existe neutralidade na língua(gem), ela é carregada de sentidos discursivos, por isso, Kilomba (2019) afirma com veemência a necessidade de romper com o ciclo de “violência na língua” (Kilomba, 2019, p. 13), possibilitando o



pensamento de novas terminologias, haja vista que uma sociedade vivendo na glorificação da história colonial, não permite a criação de novas linguagens.

Sendo assim, Carvalho (2016) destaca que as “línguas não são produtos acabados, mas sim, produções” (Carvalho, 2016, p. 109). Ainda de acordo com o autor, “uma língua não é uma ‘coisa feita’, um produto estático, mas um conjunto de ‘modos de fazer’, um sistema de produção, que, a todo instante, somente em parte surge como já realizado historicamente”. (Carvalho, 2016, p. 109). Nesse sentido, as línguas não são produtos acabados e estáticos, estão em constante mudança, se reinventando e superando a língua historicamente imposta pelo interlocutor (leia-se colonizador).

A respeito da última categorização feita pela autora, sendo o *cafuzo* formado por “índio + negro”, observaremos o contexto histórico no qual esse signo se constituiu como fator legitimador de identidades. Essas múltiplas identidades foram definidas a partir da miscigenação que se instituiu por intermédio de duas vias, o estupro de mulheres negras e indígenas e as políticas migratórias.

Bezerra Neto (2019) em seu artigo feito com base no livro do historiador Francisco Bethencourt, “Racismos: das cruzadas ao século XX” traz a definição de cafuzo como um termo que socialmente veio se modificando, até se tornar e adquirir o significado empregado hoje. A respeito disso, Bezerra Neto (2019, p. 5) delinea:

Nascidos da relação entre negros e índios, cafuzo, nos diz o autor, era termo recorrente no Brasil oitocentista, o qual “provavelmente **se inspirou no quimbundo kufunzaka, que significa descolorir e que revela a visão africana do processo de mistura racial**” (p. 242).

[...]

De qualquer modo, é preciso dizer que o termo “cafuzo” já existia no Brasil desde antes do século XIX. Seu uso não seria tão comum em todo o país, mas bastante usual na **Amazônia portuguesa**, conhecendo variações: cafuz, carafus ou carafuso, **sendo a denominação corrente para o filho de negros e índios de cor mais escura e cabelos lisos**. Vicente Salles já apontou para a etimologia controvertida da palavra “cafuz” referenciada em vários autores, reconhecendo a possibilidade de que o “quimbundo consigna os vocábulos Kifusu, Kifusa, e Kaufusa”, que podem, talvez, encerrar o étimo procurado. (Bezerra Neto, 2019, p. 05- grifo meu).

Entretanto, penso que o ponto de reflexão seja: essas definições surgem com o intuito principal de demonstrar *diferenças* e demarcar espaços sociais. Sobre o conceito de *diferença*, como uma corrente analítica advinda dos estudos culturais, Hall (2016) vai trazer quatro abordagens teóricas distintas. Todavia, irei me deter somente a duas.

A primeira vinda da Linguística, mais especificamente da linha de pensamento de Saussure (2021 [1916]), pois para Hall, “a diferença é importante porque é essencial ao significado; sem ela, o significado não poderia existir” (Hall, 2016, p. 153). Contudo, a



diferença pensada por Saussure caminha intrinsecamente no viés dicotômico, exemplo: *branco/preto*, ou seja, um só existe porque pode contrastar com o outro, “o significado, ele afirmou, é relacional” (Hall, 2016, p. 153). Ou seja, *o cafuzo, mulato e caboclo* somente podem existir em sua diferença, porque estão em contraste com o branco universal, todavia, essa definição dicotômica e binária acaba por ser reducionista e engessada, um caminho perigoso, dado à sua estrutura rígida.

Em contraposição à proposta sónica de Saussure, Bakhtin (2016) defende a tese de que “precisamos da *diferença* porque somente podemos construir significado através de um diálogo com o *outro*” (Hall, 2016, p. 155), desse modo, Bakhtin não considerava a língua como um sistema objetivo, mas que os significados dos enunciados seriam sustentados no diálogo entre dois ou mais falantes. Em outros termos:

Para Bakhtin, o significado é estabelecido por meio do diálogo – é fundamentalmente *dialógico*. Tudo o que dizemos e significamos é modificado pela interação e pela troca com o outro. O significado surge através da “diferença” entre os participantes de qualquer diálogo. O “*outro*”, em suma, é *essencial para o significado*. (Hall, 2016, p. 155, grifo do autor).

A diferença de acordo com Bakhtin se dá por meio da troca e do diálogo entre os falantes, contudo, o que aconteceu no Brasil foi uma imposição de uma língua e seus significados. Tendo em vista que o colonizador desconsiderou as línguas aqui existentes e impôs a sua própria. Embora tenha havido resistência das populações negras e indígenas, em certa medida houve um processo de adaptação a língua do colonizador, o português.

Bessa Freire (2002), destaca que isso foi uma estratégia para que pudessem sobreviver. É possível, dessa forma, então concluir que foi uma imposição, principalmente quando recordamos o fato de que populações indígenas por exemplo, eram proibidas de falarem suas línguas maternas. Coadunando com essa perspectiva, Nascimento (2019) cunha o conceito “linguicídio”, que para ele é uma espécie de epistemicídio que ocorre pela linguagem, seja ela na conceituação, nomeação ou discriminação direta.

Diante disso, a análise dos termos racistas adotados por Luísa Galvão Lessa, para categorizar “as raças formadoras da população brasileira”, foi justamente para pensarmos nas violências linguísticas e no racismo linguístico que ainda são massivamente reproduzidos. Portanto, essas formas de racismo, articulado à linguagem também atuam projetando identidades estereotipadas acerca dos sujeitos racializados.



A linguagem é um importante mecanismo discursivo, de modo que buscar construir narrativas de um Brasil “pacificamente” miscigenado, culturalmente plural e por isso não racista, é omitir e naturalizar as formas estruturais com que o racismo se articula. Além de que suavizar as narrativas de violência, “pacificando” os processos de formação é ignorar as inúmeras violências e desigualdades que atropelam a conjuntura social do país, atingindo principalmente as populações pretas, pardas e indígenas.

Considerações finais

O intuito do texto aqui exposto foi justamente pensar e refletir a respeito das formas em que o racismo permeia a língua e a linguagem, e projeta formas de racismo linguístico, se consolidando através dos discursos, tendo ainda como aliado o jornalismo hegemônico que por ocupar um espaço de poder/saber influência na construção de estereótipos que colocam os sujeitos racializados sempre no lugar de *outridade*, sendo o *outro* aquilo que o branco não quer ser, o incivilizado, o selvagem, o animal, o exótico, o não humano, como bem analisa Kilomba (2019).

Essas formas de pensar sobre esse *outro*, reflete a nocividade do colonialismo enquanto ideia que se alicerça no racismo e em outros mecanismos ideológicos e acaba por conduzir um imaginário coletivo à reprodução de racismo e outras formas de racismo como é o caso do linguístico. Pensar as “raças” formadoras a partir de palavras/conceitos como “mulato”, “cafuzo” e “caboclo” de certa maneira é essencializar sujeitas e sujeitos, reduzindo suas formas de existências. Além de que essas misturas decorrem de violências que ocorreram nas Amazônias⁶

Nesse caminho, é possível ainda percebermos como o *linguicídio* apontado por Nascimento (2019) foi uma maneira de epistemicídio, de modo que as populações que sofreram essa violação precisaram adaptar-se e usar a língua do colonizador, como uma forma de perpetuar suas existências. As formas de língua(gem) são políticas e evidenciam discursos e formas de poder. Ao trazer essa problemática das palavras empregadas por Luísa Galvão Lessa, o objetivo não foi criticá-la, mas, empregar seu texto como fruto de reflexão. De modo que a análise proposta trouxesse a evidência de como a linguagem está entremeada de colonialismo e das formas ideológicas com as quais os conceitos foram pensados.

⁶ O pesquisador Albuquerque (2016) nos provoca a pensar a “Amazônia” a partir de sua pluralidade, nesse caminho, propoe o conceito de Amazonias.



É interessante percebermos que o artigo foi publicado no Jornal *A Gazeta*, um periódico que hoje segue uma linha mais conservadora, se afastando da sua origem advinda do *Varadouro*, um importante jornal acreano que possuía um viés investigativo, evidenciando pautas sociais concernentes as lutas de comunidades locais. Entretanto, hoje, o jornal *A Gazeta* tem suas agendas mais alinhadas aos interesses do governo atual. Portanto, o artigo de opinião analisado e o uso das palavras/conceitos sem maiores problematizações é um reflexo das formas ideológicas de racismo estrutural.

Em suma, todas as situações, conceitos, palavras e reflexões aqui expostas buscam se alinhar, fundindo-se na ideia geral de que o discurso, a linguagem e a representação, caminham juntos e especialmente a linguagem como construtora de sentidos. Por fim, nota-se também que o campo da comunicação principalmente se tratando do jornalismo hegemônico por vezes contribui para a (re)produção de discursos assentados em racismo, colocando sentidos avessos no mundo.

Data de Submissão: 22/02/2024

Data de Aceite: 13/05/2024

Referências

ALMEIDA, Sílvio Luiz de. **Racismo Estrutural**. São Paulo: Pólen, 2019.

BAKHTIN, Mikhail. **Os gêneros do discurso**. São Paulo: Editora 34, 2016.

BENTO, Cida. **O pacto da branquitude**. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.

CARVALHO, Jorge Luis Queiroz. **Revisitando os conceitos de sincronia e diacronia no "Curso de linguística geral"**. Revista Espaço Acadêmico, Maringá, n. 181, p. 104-112, 2016.

FREIRE, José Ribamar Bessa. **Cinco ideias equivocadas sobre os índios** In: Revista do Centro de Estudos do Comportamento Humano (CENESCH). Manaus, Nº 0, p. 17-33, 2000.

GOMES, Nilma Lino. **O Movimento Negro educador: Saberes construídos nas lutas por emancipação**. Rio de Janeiro, Ed. Vozes, 2017.

GONZALEZ, Lélia. Racismo e sexismo na cultura brasileira. In: GONZALEZ, Lélia. **Por um feminismo afro-latino-americano: ensaios, intervenções e diálogos**. Organização de Flavia Rios e Márcia Lima. Rio de Janeiro: Zahar, 2020 [1983]. p. 75-93.



HALL, Stuart. **Cultura e Representação**. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio: Apicuri, 2016.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2019**. Disponível em: https://www.google.com/search?q=ibge&rlz=1C1SQJL_ptBRBR927BR928&oq=ibge+&aqs=chrome..69i57j0i512j46i175i199i512j0i131i433i457i512j0i402i650j69i6013.1419j0j7&sourceid=chrome&ie=UTF-8. Acesso em: 23 mar. 2023.

KRENAK, Ailton, **A vida não é útil**. São Paulo. Companhia das Letras: 1ª edição, 2020.

KRENAK, Ailton, **Ideias para adiar o fim do mundo**. São Paulo. Companhia das Letras: 1ª edição, 2019

KILOMBA, Grada. **Memórias da plantação: Episódios de racismo cotidiano**. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.

LESSA, Luísa Galvão. As raças formadoras da população brasileira. **A Gazeta**, Rio Branco, 08 de maio de 2019, ano XXI - nº 9.819.

LIMA, Deborah de Magalhães. **A construção Histórica do termo caboclo: sobre estruturas e representações sociais no meio rural Amazônico**. Novos Cadernos NAEA vol. 2, nº 2, p. 5-32, 1999.

MBEMBE, Achile. **A crítica da razão negra**. Lisboa: Antígona, 2014.

MENDES, Francielle Maria Modesto; QUEIRÓS, Francisco Aquinei Timóteo. “Não sou racista, minha obra prova”: Uma reflexão sobre jornalismo e racismo no Brasil. In: MENDES, Francielle Maria Modesto; QUEIRÓS, Francisco Aquinei Timóteo; SILVA, Wagner da Costa. **Pesquisa em Comunicação: Jornalismo, Raça e Gênero**. Acre. Nepan Editora. 2021. p. 63-77

MORAES, Fabiana. **A pauta é uma arma de combate**: subjetividade, prática reflexiva e posicionamento para superar um jornalismo que desumaniza. Porto Alegre: Arquipélago, 2022.

NASCIMENTO, Gabriel. **Racismo Linguístico**: os subterrâneos da linguagem e do racismo. Belo Horizonte: Letramento, 2019.

NETO, José Maia Bezerra. **Racismo, racismo: ainda há muito que dizer**. Afro-Ásia, Salvador, n. 59, 2019.

PESCA, Adriana Barbosa; FERNANDES, Alexandre de Oliveira; KAYAPÓ, Edson. **POR UMA ESCRITA INDÍGENA: Meu ser, minha voz, minha autoria**. Revista Eletrônica Multidisciplinar Pindorama, Eunápolis, v. 11, n. 1, p. 187-201, jan./jun. 2020.

QUIJANO, Anibal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In. LANDER, E. (Org.). **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latinoamericanas**. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: CLACSO – Colección Sur Sur, 2005.

RIBEIRO, Djamila. **Lugar de fala**. São Paulo: Editora Jandaíra, 2020.

SAUSSURE, F. **Curso de Linguística Geral**. São Paulo: Cultrix, 2006.

SAUSSURE, Ferdinand. **Curso de Linguística Geral**. São Paulo: Parábola, 2021

SILVA, Francisco Bento. **Acre, formas de olhar e de narrar: natureza e história nas ausências**. Acre: Editora: Nepan, 2020.

SILVA, Márcia Veiga da. **Masculino, o gênero do jornalismo: modos de produção das notícias**. Florianópolis: Insular, 2014

